

22/11/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.946 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S)	: ADILSON CASTILHOS DE OLIVEIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO RESP Nº 1.229.438 NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PENAL. RECEPÇÃO DE BENS AVALIADOS EM R\$ 258,00. APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INVIABILIDADE. ALTO GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA. ORDEM DENEGADA.

1. A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária uma análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.

2. O princípio da insignificância reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por consequência, torna atípico o fato na seara penal, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal.

3. Para a incidência do princípio da insignificância, devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato, tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada.

4. Nas circunstâncias do caso, o fato não é penalmente irrelevante do ponto de vista social, pois, além do valor dos bens receptados terem sido avaliados em R\$ 258,00, o que equivale a 86% do salário mínimo da época em que se deram os fatos, o crime de receptação estimula outros crimes até mais graves, como latrocínio e roubo.

5. *Habeas corpus* denegado.

HC 108.946 / RS

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 22 de novembro de 2011.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA - Relatora**

22/11/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.946 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S)	: ADILSON CASTILHOS DE OLIVEIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO RESP Nº 1.229.438 NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, em favor de ADILSON CASTILHOS DE OLIVEIRA, contra decisão do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça, que, em 28.4.2011, deu provimento ao Recurso Especial n. 1.229.438, interposto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul.

2. Em 28.12.2006, o Paciente foi denunciado como incurso na pena do art. 180, caput, do Código Penal, pois *“adquiriu e ocultou, em proveito próprio, 01 (um) cobertor Jolitex Ternille, de cor azul, 01 (uma) camisa social, de cor preta, marca La Ville, 01 (uma) camisa social, de cor salmão, marca Manucci, 01 (uma) bolsa feminina, de cor preta, marca Di Marlys, avaliados conjuntamente em R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais), (...) coisas que sabia serem produtos de crime”*.

3. Tem-se, nos autos, que *“sobreveio sentença julgando improcedente a denúncia para absolver sumariamente ADILSON CASTILHOS DE OLIVEIRA, forte no artigo 397, III do CPP”*.

4. Contra essa decisão, o Ministério Público interpôs apelação, à qual foi negado provimento, em 27.5.2010, pela 6ª Câmara Criminal do

HC 108.946 / RS

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, nos termos seguintes:

“APELAÇÃO CRIME. RECEPÇÃO. APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.

Embora presentes materialidade e autoria, não tendo grande valor o delito praticado, faz-se necessário a aplicação do princípio da insignificância para manter a absolvição do réu.

À UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL, MANTENDO A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DE A.C.O.”.

5. Irresignado, o Ministério Público interpôs o Recurso Especial n. 1.229.438, o qual foi dado provimento, em 28.4.2011, pelo Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

“ 1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro na alínea a e c do art. 105, III da Carta Magna, em adversidade ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, que manteve a absolvição sumária proferida pelo juízo de primeira instância, em razão da insignificância da conduta de receptação de que era acusado. A ementa ficou assim redigida:

apelação crime. RECEPÇÃO. aplicabilidade do PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. Embora presentes materialidade e autoria, não tendo grande valor o delito praticado, faz-se necessário a aplicação do princípio da insignificância para manter a absolvição do réu. À UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL, MANTENDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DE A.C.O. (fls.178)

2. À ementa, acrescenta-se que foram receptados, 01 (um) cobertor Jolitex Ternille, de cor azul, 01 (uma) camisa social, de cor preta, marca La Ville, 01 (uma) camisa social, de cor salmão, marca Manucci, 01 (uma) bolsa feminina, de cor preta, marca Di Marlys, avaliados conjuntamente em R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais).

HC 108.946 / RS

3. O recorrente afirma violados os arts. 180, caput do CPB, e 397, III do CPP. Argui, para tanto, que a conduta do réu é penalmente relevante, enquadrando-se perfeitamente no tipo penal de receptação. Assinala não ser insignificante o valor dos bens adquiridos.

4. Com contrarrazões (fls. 215/217), o Recurso Especial foi admitido (fls. 219/225).

5. O MPF, em parecer subscrito pela ilustre Subprocuradora-Geral da República ZÉLIA OLIVEIRA GOMES, manifestou-se pelo conhecimento e provimento do recurso (fls. 240/247).

6. É o relatório.

7. A irresignação deve prosperar.

8. A jurisprudência desta Corte, nos crimes contra o patrimônio, valoriza a distinção entre ínfimo e pequeno valor, atribuindo apenas às condutas que tiveram aquele por objeto material a atipicidade. A propósito, confirmam-se:

HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO DE DOIS TÊNIS AVALIADOS EM R\$ 300,00. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE IN CASU. PARECER DO MPF PELO NÃO CONHECIMENTO, E CASO CONHECIDO, PELA DENEGAÇÃO DO WRIT. ORDEM DENEGADA.

1. O princípio da insignificância, que está diretamente ligado aos postulados da fragmentariedade e intervenção mínima do Estado em matéria penal, tem sido acolhido pelo magistério doutrinário e jurisprudencial tanto desta Corte, quanto do colendo Supremo Tribunal Federal, como causa supra-legal de exclusão de tipicidade. Vale dizer, uma conduta que se subsuma perfeitamente ao modelo abstrato previsto na legislação penal pode vir a ser considerada atípica por força deste postulado.

2. Entretanto, é imprescindível que a aplicação do referido princípio se dê de forma prudente e criteriosa, razão pela qual é necessária a presença de certos elementos, tais como (I) a mínima ofensividade da conduta do agente; (II) a ausência total de periculosidade social da ação; (III) o ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e (IV) a inexpressividade da

HC 108.946 / RS

lesão jurídica ocasionada, consoante já assentado pelo colendo Pretório Excelso (HC 84.412/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU 19.04.04).

3. No caso em apreço, o valor total do bem receptado (R\$ 300,00) não se insere na concepção doutrinária e jurisprudencial de crime de bagatela, razão pela qual não incide na espécie o princípio da insignificância. Precedentes.

4. Ordem denegada, em conformidade com o parecer ministerial. (HC 143.417/MS, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 11/05/2010, DJe 14/06/2010)

2 2 2

HABEAS CORPUS. PENAL. CRIME DE RECEPÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, NA MODALIDADE RETROATIVA. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL SEJA REGULADO PELA PENA RESTRITIVA DE DIREITO QUE SUBSTITUIU A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. OBJETO DO CRIME AVALIADO EM R\$ 5.000,00, COMPRADO PELO PACIENTE POR R\$ 400,00. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. A conduta perpetrada pelo agente não pode ser considerada irrelevante para o direito penal. O delito em tela – receptação de uma obra de arte avaliada em R\$ 5.000,00, comprada pelo Paciente por R\$ 400,00 – não se insere na concepção doutrinária e jurisprudencial de crime de bagatela.

2. 'A pena restritiva de direitos prescreve no mesmo prazo em que prescreveria a pena privativa de liberdade que ela substituiu.' (STJ – HC 123.366/SP, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2009, DJe 03/11/2009.) Assim, tendo o Paciente sido condenado à pena de 03 anos de reclusão, o prazo prescricional deve ser regulado pelo disposto no art. 109, inciso IV, do Código Penal (08 anos), não importando que tenha havido a substituição por 2 penas restritivas de direito.

HC 108.946 / RS

3. *Ordem denegada.* (HC 130.496/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 26/11/2009, DJe 15/12/2009) TURMA, julgado em 11/05/2010, DJe 14/06/2010)

9. *Na hipótese, os bens receptados foram avaliados em R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais), valor que, embora parco, não é ninharia a ponto de ser tido como um indiferente penal. Daí porque, incorreta a absolvição sumária levada a efeito nas instâncias ordinárias.*

10. *Diante do exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial. Ademais, consoante solicitado pela defensoria às fls. 252, Intime-se a Defensoria Pública da União, enviando cópia desta decisão, a fim de que promova a defesa dos interesses do recorrido (...)."*

6. Na presente ação, sustenta a Impetrante estar configurada a situação de atipicidade material da conduta do Paciente, incidindo, no caso, o princípio da insignificância.

7. Este o teor dos pedidos:

"a) a concessão da medida liminar, determinando-se a suspensão do feito originário enquanto não julgado definitivamente o presente writ;

b) a concessão da presente ordem, para cassar a decisão proferida pelo Eg. STJ, sendo reconhecida a aplicação do princípio da insignificância, absolvida o paciente, ou subsidiariamente reconhecida a irrelevância penal da ação, não sendo aplicada qualquer pena; por fim, ultrapassadas as teses anteriores, seja reconhecido o privilégio do furto, conjugando-se as disposições dos §§ 2º e 4º do art. 155 do CP;

c) sejam observadas as prerrogativas desta Instituição Defensória de receber intimação pessoal e de contagem em dobro de todos os seus prazos, em conformidade com o art. 44, incisos I e VI, da Lei Complementar 80/1994;

d) Por fim, este órgão deixa de juntar cópia integral do RESP nº 1.229.438 uma vez que a Defensoria Pública da União é um órgão ainda em estruturação, não dispondo de pessoal e equipamentos de

HC 108.946 / RS

informática suficientes para digitalização e envio de arquivos de forma ágil através da internet, o que poderá ser suprido através do fornecimento de cópias digitalizadas pela autoridade coatora quando do fornecimento das informações de estilo.

Protesta, portanto, pela juntada de peças digitalizadas por ocasião da apresentação das informações da autoridade coatoa” (fl. 6 da petição inicial).

8. Em 27.6.2011, indeferi a medida liminar requerida, requisitei informações e determinei vista dos autos ao Procurador-Geral da República.

9. As informações foram prestadas e a Procuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

22/11/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.946 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. Conforme relatado, a Impetrante sustenta, basicamente, que ao caso haveria de se aplicar princípio da insignificância porque a conduta imputada ao Paciente lesaria bem jurídico de pequena relevância, no qual o impacto social do crime é leve, sendo a atipicidade a medida que se impõe.

2. É consabido que a tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária uma análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.

O princípio da insignificância reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por conseqüência, torna atípico o fato na seara penal, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal.

3. No caso, a denúncia discorre sobre a receptação de “01 (um) cobertor Jolitex Ternille, de cor azul, 01 (uma) camisa social, de cor preta, marca La Ville, 01 (uma) camisa social, de cor salmão, marca Manucci, 01 (uma) bolsa feminina, de cor preta, marca Di Marllys, avaliados conjuntamente em R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais)”, e, não obstante tratarem-se de bens de pequeno valor, o Superior Tribunal de Justiça afastou a aplicação do princípio da insignificância, ressaltando que:

“(...) 8. A jurisprudência desta Corte, nos crimes contra o patrimônio, valoriza a distinção entre ínfimo e pequeno valor,

HC 108.946 / RS

atribuindo apenas às condutas que tiveram aquele por objeto material a atipicidade. A propósito, confirmam-se:

HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO DE DOIS TÊNIS AVALIADOS EM R\$ 300,00. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE IN CASU. PARECER DO MPF PELO NÃO CONHECIMENTO, E CASO CONHECIDO, PELA DENEGACÃO DO WRIT. ORDEM DENEGADA.

1. O princípio da insignificância, que está diretamente ligado aos postulados da fragmentariedade e intervenção mínima do Estado em matéria penal, tem sido acolhido pelo magistério doutrinário e jurisprudencial tanto desta Corte, quanto do colendo Supremo Tribunal Federal, como causa supra-legal de exclusão de tipicidade. Vale dizer, uma conduta que se subsuma perfeitamente ao modelo abstrato previsto na legislação penal pode vir a ser considerada atípica por força deste postulado.

2. Entretanto, é imprescindível que a aplicação do referido princípio se dê de forma prudente e criteriosa, razão pela qual é necessária a presença de certos elementos, tais como (I) a mínima ofensividade da conduta do agente; (II) a ausência total de periculosidade social da ação; (III) o ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e (IV) a inexpressividade da lesão jurídica ocasionada, consoante já assentado pelo colendo Pretório Excelso (HC 84.412/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU 19.04.04).

3. No caso em apreço, o valor total do bem receptado (R\$ 300,00) não se insere na concepção doutrinária e jurisprudencial de crime de bagatela, razão pela qual não incide na espécie o princípio da insignificância. Precedentes.

4. Ordem denegada, em conformidade com o parecer ministerial. (HC 143.417/MS, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 11/05/2010, DJe 14/06/2010)

2 2 2

HABEAS CORPUS. PENAL. CRIME DE RECEPÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO

HC 108.946 / RS

PUNITIVA, NA MODALIDADE RETROATIVA. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL SEJA REGULADO PELA PENA RESTRITIVA DE DIREITO QUE SUBSTITUIU A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. OBJETO DO CRIME AVALIADO EM R\$ 5.000,00, COMPRADO PELO PACIENTE POR R\$ 400,00. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. A conduta perpetrada pelo agente não pode ser considerada irrelevante para o direito penal. O delito em tela – receptação de uma obra de arte avaliada em R\$ 5.000,00, comprada pelo Paciente por R\$ 400,00 – não se insere na concepção doutrinária e jurisprudencial de crime de bagatela.

2. 'A pena restritiva de direitos prescreve no mesmo prazo em que prescreveria a pena privativa de liberdade que ela substituiu.' (STJ – HC 123.366/SP, 5.^a Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2009, DJe 03/11/2009.) Assim, tendo o Paciente sido condenado à pena de 03 anos de reclusão, o prazo prescricional deve ser regulado pelo disposto no art. 109, inciso IV, do Código Penal (08 anos), não importando que tenha havido a substituição por 2 penas restritivas de direito.

3. Ordem denegada. (HC 130.496/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 26/11/2009, DJe 15/12/2009) TURMA, julgado em 11/05/2010, DJe 14/06/2010)

9. Na hipótese, os bens receptados foram avaliados em R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais), valor que, embora parco, não é ninharia a ponto de ser tido como um indiferente penal. Daí porque, incorreta a absolvição sumária levada a efeito nas instâncias ordinárias.

10. Diante do exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial. Ademais, consoante solicitado pela defensoria às fls. 252, Intime-se a Defensoria Pública da União, enviando cópia desta decisão, a fim de que promova a defesa dos interesses do recorrido (...)"

HC 108.946 / RS

4. Em pesquisa no acervo jurisprudencial deste Supremo Tribunal Federal, verifica-se o reconhecimento da incidência do princípio da insignificância em casos de furto de “cadeiras de palha avaliadas em R\$ 91,00” (HC 96.688, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 29.5.2009); de “aparelho celular” avaliado em “R\$ 150,00” (HC 96.496, Rel. Min. Eros Grau, DJ 22.5.2009); de “mochila” avaliada em “R\$ 154,57” (RHC 89.624, de minha relatoria, DJ 7.12.2006); de “roda sobressalente com pneu de automóvel estimados em R\$ 160,00” (HC 93.393, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 15.5.2009); e de “roupas” avaliadas em “R\$ 270,00” (HC 95.957, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 31.10.2008); o que autorizaria, considerando unicamente o valor dos bem subtraído, a aplicação do referido princípio no caso de tentativa de furto de um “botijão de gás cheio, avaliado em R\$ 120,00 (cento e vinte reais)”.

Há, entretanto, diversos outros casos nos quais este Supremo Tribunal Federal rechaçou o princípio da insignificância em subtrações tentadas ou consumadas de “bolsa feminina” e bens avaliados em “R\$ 97,00” (HC 96.757, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ 3.12.2009); “aparador de grama” avaliado em “R\$ 108,20” (HC 97.036, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 22.6.2009); “bicicleta” avaliada em “R\$ 120,00” (HC 101.144, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 22.10.2010); “bicicleta” avaliada em “R\$ 140,00” (HC 102.651, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 1º.7.2010); “duas toalhas de mesa, um par de chinelos, marca Havaianas, um par de meias e uma jaqueta de nylon, objetos avaliados conjuntamente em R\$143,00” (HC 97.772, de minha relatoria, DJ 20.11.2009); “uma frente de um aparelho de CD, uma bengala, um controle remoto, uma agenda, um porta óculos e um óculos de sol” avaliados em “R\$ 245,00” (RHC 103.552, Rel. Min Eros Grau, DJ 25.6.2010).

5. Por outro lado, a Primeira Turma deste Supremo Tribunal, resolvendo questão de ordem, concedeu *habeas corpus* de ofício, no julgamento do Agravo de Instrumento n. 559.904-QO, Relator o Ministro

HC 108.946 / RS

Sepúlveda Pertence, DJ 26.8.2005, sob o fundamento de que, para a incidência do princípio da insignificância, devem ser analisados apenas aspectos objetivos do fato:

“EMENTA: I. Recurso extraordinário: descabimento: falta de prequestionamento da matéria constitucional suscitada no RE: incidência das Súmulas 282 e 356. II. Recurso extraordinário, requisitos específicos e habeas corpus de ofício. Em recurso extraordinário criminal, perde relevo a inadmissibilidade do RE da defesa, por falta de prequestionamento e outros vícios formais, se, não obstante - evidenciando-se a lesão ou a ameaça à liberdade de locomoção - seja possível a concessão de habeas corpus de ofício (v.g. RE 273.363, 1ª T., Sepúlveda Pertence, DJ 20.10.2000). III. Descaminho considerado como ‘crime de bagatela’: aplicação do ‘princípio da insignificância’. Para a incidência do princípio da insignificância só se consideram aspectos objetivos, referentes à infração praticada, assim a mínima ofensividade da conduta do agente; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; a inexpressividade da lesão jurídica causada (HC 84.412, 2ª T., Celso de Mello, DJ 19.11.04). A caracterização da infração penal como insignificante não abarca considerações de ordem subjetiva: ou o ato apontado como delituoso é insignificante, ou não é. E sendo, torna-se atípico, impondo-se o trancamento da ação penal por falta de justa causa (HC 77.003, 2ª T., Marco Aurélio, RTJ 178/310). IV. Concessão de habeas corpus de ofício, para restabelecer a rejeição da denúncia”.

Esse entendimento foi reafirmado, por exemplo, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 512.183-QO, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 2.3.2007, e do Recurso Extraordinário n. 514.530-QO, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 2.3.2007.

6. Em princípio, somente se poderia cogitar da análise de circunstâncias de caráter pessoal na circunstância de elas constituírem elementar do tipo, pois, do contrário, a configuração do crime não se

HC 108.946 / RS

daria em razão dos fatos, mas sim da pessoa que o tivesse praticado.

A dizer, uma mesma conduta poderia ser ou não crime, dependendo das circunstâncias pessoais – condição econômica, ausência de antecedentes criminais, entre outras - tidas pela lei penal como irrelevantes para a configuração de determinado tipo penal.

7. No caso em pauta, entretanto, embora devam ser abstraídos os aspectos subjetivos mencionados, a análise dos documentos que instruem o pedido e dos demais argumentos articulados na inicial evidencia a ausência dos requisitos essenciais à aplicação do princípio da insignificância.

8. Conforme bem observou a Procuradoria-Geral da República, em seu parecer, o princípio da insignificância não seria aplicável à espécie, pois, além do *“valor dos bens receptados [terem sido] avaliados em R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais) o que equivale a 86% do salário mínimo da época em que se deram os fatos, qual seja, R\$ 300,00 (trezentos reais) no ano de 2006”, “a conduta não pode ser considerada como irrelevante do ponto de vista social; visto que, o crime de receptação estimula outros crimes até mais graves”, como latrocínio e roubo.*

9. Como realçado, o Supremo Tribunal tem decidido, em casos como o presente, em duas vertentes, que aparentemente poderiam parecer nem sempre coerentes. Mas tanto se trata apenas de aparente distinção dos julgados, pois em todos eles o que é determinante é o relevo do bem jurídico tutelado em face da específica situação cuidada. Assim, em alguns casos tem concluído este Supremo Tribunal pela aplicação do princípio da insignificância, quando o bem lesado não interesse ao direito penal, havendo de ser resolvido noutros campos do direito ou, mesmo, das respostas sociais não jurídico-penais, o que não se repete em outros casos, quando se comprova que o bem jurídico a ser resguardado impõe a aplicação da lei penal, notadamente *“considerando-se os padrões sócio-*

HC 108.946 / RS

econômicos do Brasil”.

Pela jurisprudência prevalecente, portanto, o que se há de considerar, em cada caso, de forma cautelar e rigorosa, é o conjunto de valores que se põe em causa em determinada ação penal para se concluir pela tipicidade penal ou pela atipicidade.

Dá-se, contudo, que o que se impõe anotar para a aplicação do princípio da insignificância não é simplesmente o valor material nem o *“perigo concreto relevante”*, mas os valores ético-jurídicos aproveitados pelo sistema penal para determinar se determinada conduta é, ou não, típica para a configuração do delito. É o que descreve, dentre outros, José Henrique Guaracy: *“o princípio da insignificância se ajusta à equidade e à correta interpretação do direito. Por aquela acolhe-se um sentimento de justiça, inspirado nos valores vigentes em sociedade, liberando-se o agente cuja ação, por sua inexpressividade, não chega a atentar contra os valores tutelados pelo Direito Penal”* (Princípio da Insignificância. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 37).

Ora, no caso dos autos, em que o delito se fez por um agente imputável, *“residente no Bairro Vila Mariani, em Caxias do Sul”, que “adquiriu e ocultou, em proveito próprio, 1 (um) cobertor Jolitex Ternille, de cor azul, 01 (uma) camisa social, de cor preta, marca La Ville, 01 (uma) camisa social, de cor salmão, marca Manucci, 01 (uma) bolsa feminina, de cor preta, marca Di Marllys, avaliados conjuntamente em R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais)”*, de pouco valor material, é certo, porém de considerável valor para uma família brasileira de classe menos favorecida, não é de se desconhecer que não se há de levar a efeito exame que considere mais o valor material do bem subtraído que os valores que têm de orientar a conduta de pessoas modestas que vivem nas cidades do interior brasileiro.

Poder-se-ia ponderar que a denúncia discorre sobre receptação de roupas, cobertor e bolsa, que os peritos oficiais, ao procederem à

HC 108.946 / RS

avaliação, concluíram que o valor comercial seria de R\$ 258,00.

Entretanto, reitere-se, não é o valor material o que há de ser considerado na espécie, mas os valores ético-jurídicos que o sistema normativo-penal acolhe na busca de seu resguardo, e eles foram atingidos pela conduta do ora Paciente.

Associados a estes valores éticos, verificam-se, ainda, o alto grau de reprovabilidade da conduta e a habitualidade delitiva do Paciente, circunstâncias suficientes para afastar a incidência do princípio da insignificância.

10. O agente contumaz, mesmo que pratique fatos típicos de pequena monta, não pode ser tratado pelo sistema penal como se tivesse praticado condutas irrelevantes, pois delitos considerados ínfimos, quando analisados isoladamente, mas relevantes, quando em conjunto, seriam transformados pelo infrator em verdadeiro meio de vida.

O princípio da insignificância não foi estruturado para resguardar e legitimar constantes condutas desvirtuadas, mas para impedir que desvios de conduta ínfimos, isolados, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo que insignificantes, quando constantes, devido à sua reprovabilidade, perdem a característica da bagatela e devem se submeter ao direito penal.

11. De se ressaltar, por derradeiro, o que consignado pela Procuradoria-Geral da República em seu parecer:

“(...) O mandamus não merece prosperar.

Sabidamente, o princípio da insignificância não está positivado no ordenamento jurídico pátrio, tendo surgido como construção interpretativa baseada nos postulados da fragmentariedade e intervenção mínima do Estado em matéria penal. Dada sua natureza

HC 108.946 / RS

restritiva, reservase aos casos em que o conteúdo do injusto se revelava tão irrelevante que a reprimenda, ainda que fixada no mínimo legal, se afigura desproporcional.

Nesse contexto, a jurisprudência do Pretório Excelso assentou alguns vetores a serem observados para a aferição do relevo material da tipicidade penal, tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a inexistência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada¹.

In casu, da composição dos autos com os parâmetros fornecidos, não há como se concluir pela atipicidade penal da conduta, bem como pela mínima ofensividade da conduta, como bem salientado pelo Exmo ministro Napoleão Nunes Maia Filho:

[...]

Na hipótese, os bens receptados foram avaliados em R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais), valor que, embora parco, não é ninharia a ponto de ser tido como um indiferente penal. Daí porque, incorreta a absolvição sumária levada a efeito nas instâncias ordinárias. (fls. 03/04)

[...]

Em parecer no RESP. 1.229.438, a ilustre Subprocuradora-Geral da República, Zélia Oliveira Gomes assim se pronunciou: ‘no entanto, a jurisprudência tem-se valido do princípio da bagatela para evitar a imposição da pena, qualquer que seja ela, considerando atípica a conduta, violando, data venia, o princípio da reserva legal em matéria penal, pois se o legislador diz que determinado fato é crime, não cabe ao Juiz descriminalizá-lo porque ínfimo foi o valor do prejuízo ou dano causado’.

De fato, o art. 23 do Código Penal é taxativo ao mencionar as causas excludentes de ilicitude, quais sejam: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

O valor dos bens receptados foram avaliados em R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais) o que equivale a 86% do salário mínimo da época em que se deram os fatos, qual seja, R\$ 300,00 (trezentos reais) no ano de 2006. Tem-se, também, que a conduta não

HC 108.946 / RS

pode ser considerada como irrelevante do ponto de vista social; visto que, o crime de receptação estimula outros crimes até mais graves.

Nesse sentido:

EMENTA: *HABEAS CORPUS. CRIME DE RECEPTAÇÃO QUALIFICADA (§ 1º DO ART. 180 DO CÓDIGO PENAL). PACIENTE CONDENADO A TRÊS ANOS DE RECLUSÃO. PENA SUBSTITUÍDA POR UM ANO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E MULTA. ALEGADA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO COM BASE NA PENA RESTRITIVA DE DIREITO (UM ANO). IMPROCEDÊNCIA. INCIDÊNCIA DO INCISO IV, COMBINADO COM O PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO ART. 109 DO CP. CRIME DE RECEPTAÇÃO DE UMA OBRA DE ARTE, AVALIADA EM R\$ 5.000,00. SUPOSTA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. INEXPRESSIVIDADE FINANCEIRA DO VALOR EFETIVAMENTE PAGO PELO ACUSADO (R\$ 400,00). CONDUTA QUE NÃO É DE SER CONSIDERADA COMO DE MÍNIMA OFENSIVIDADE, OU DE UM REDUZIDÍSSIMO GRAU DE REPROVABILIDADE SOCIAL. ORDEM DENEGADA. 1. A simples conversão da pena privativa de liberdade (fixada em três anos) em pena de prestação de serviços à comunidade por um ano (e multa) não tem a força de modificar as balizas legais para o cálculo da prescrição. Conversão que não impede a aplicação dos prazos prescricionais do art. 109 do CP. Dispositivo que, em seu parágrafo único, estende, expressamente, 'às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade'. Precedente: HC 92.224, da minha relatoria. 2. Para que se dê a incidência da norma penal, não basta a simples adequação formal do fato empírico ao tipo legal. É preciso que a conduta delituosa se contraponha, em substância, ao tipo penal em causa, sob pena de se provocar a desnecessária mobilização de uma máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste. Poder que não é de ser acionado para, afinal, não ter o que substancialmente tutelar. 3. Na concreta situação dos autos, não há como acatar a tese de irrelevância material da conduta protagonizada pelo paciente, não obstante a*

HC 108.946 / RS

reduzida expressividade financeira do valor efetivamente pago pela obra de arte objeto de furto (R\$ 400,00). A restituição do bem ao patrimônio da vítima se deu muito mais como fruto da ação policial do que, propriamente, do arrependimento do réu. Logo, a adoção do princípio da insignificância material da conduta increpada ao paciente serviria muito mais como um temerário incentivo ao cometimento de novos delitos do que propriamente uma injustificada mobilização do Poder Judiciário. Impossibilidade de adoção do princípio da insignificância penal. 4. Ordem denegada . 2 Por todo exposto, e diante da análise contextualizada das circunstâncias em que se deram os fatos, registramos que a reprimenda imposta ao paciente exprime a adequação da resposta penal do Estado, cujo teor educativo e intimidador pode inclusive servir como obstáculo à reiteração delitiva e ao sentimento de impunidade, sem o risco de tornar-se excessivamente severa.

Destarte, somos pela denegação da ordem (...)".

12. Pelo exposto, encaminho a votação no sentido de denegar a ordem.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 108.946

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

PACTE.(S) : ADILSON CASTILHOS DE OLIVEIRA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RESP Nº 1.229.438 NO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 22.11.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian
Coordenadora